

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL -
SECCIONAL DE SÃO PAULO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SÃO PAULO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil - Secional de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ordem dos Advogados do Brasil - Secional de São Paulo ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil - Secional de São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva

Ausência de divulgação da valorização do trabalho voluntário

Conforme Nota Explicativa nº 1, a Entidade adota as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, dentre elas as disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, e posteriores alterações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a qual determina a divulgação dos valores envolvidos com trabalhos voluntários. Conforme nota explicativa Nº 3, a administração, em seu melhor entendimento, não está divulgando nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2017 a valorização dos trabalhos voluntários mensuradas ao valor justo e os valores a serem desembolsados, caso fosse necessária a contratação destes serviços similares no mercado, o que deveria ser realizado na demonstração do resultado e notas explicativas. Não nos foi possível, através da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria concluirmos sobre quais os valores estariam envolvidos sobre este assunto e que devessem ser divulgados nas demonstrações contábeis da Entidade findas naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor, que emitiu relatório em 30 de maio de 2017 sem modificação. Conforme Nota Explicativa nº 4, os saldos do balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o exercício findo de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentados, devido os efeitos de ajustes referente a um erro na provisão de despesas com Assistência Médica do mês de dezembro de 2016. Em função disto, conforme determinado no CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correções de Erros", a Entidade identificou e corrigiu os efeitos, reapresentando as demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função disto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de junho de 2018.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO I

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	100.288.343	75.387.348
Valores em cobrança	6	98.641.513	95.772.903
Contribuições estatutárias antecipadas		3.707.379	4.344.640
Adiantamentos diversos		2.429.628	2.579.991
Outros ativos		511.956	1.153.981
		205.578.819	179.238.863
Não circulante			
Depósitos judiciais		612.208	1.574.318
Outros créditos		49.778	49.726
Investimentos		71.741	71.741
Imobilizado	7	120.865.539	118.954.448
Intangível	8	2.424.446	1.318.871
		124.023.712	121.969.104
		329.602.531	301.207.967



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO I

PASSIVO	Nota	2017	2016
Circulante			Reapresentado
Empréstimos		244.339	1.117.518
Contribuições estatutárias:			
Conselho Federal	9.1	9.686.010	9.396.850
CAASP	9.2	19.372.020	18.650.202
Fundo Cultural	9.3	2.905.803	2.797.531
FIDA	9.4	1.937.202	1.880.689
Contas a pagar		8.581.783	7.193.651
Provisão para férias e encargos sociais		5.357.552	5.291.375
Retenções contratuais	10	4.160.000	2.600.000
Receitas antecipadas		11.774.052	13.830.536
Receitas - assistência financeira	11	49.125.227	43.127.342
Obrigações sociais e fiscais a recolher		5.808.539	5.071.734
		118.952.527	110.957.427
Não circulante			
Empréstimos		1.221.693	-
Provisão para riscos processuais	12	5.683.274	3.867.201
Retenções contratuais	10	31.540.380	32.730.515
Outras obrigações		451.427	829.909
		38.896.774	37.427.625
Patrimônio líquido	13		
Patrimônio social		28.650.021	28.650.021
Ajustes de avaliações patrimoniais		30.905.374	31.698.301
Superávits acumulados		112.197.835	92.474.593
		171.753.230	152.822.915
		329.602.531	301.207.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO II

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas			
Ordinárias			
Anuidades pessoas físicas		272.364.336	256.174.326
Contribuições de pessoas jurídicas		12.891.504	13.007.335
Taxas e emolumentos		10.609.481	9.334.522
Inscrições		8.132.030	7.613.896
Multas e atualizações monetárias de anuidades		943.442	845.818
	14	304.940.793	286.975.897
(-) Custo das receitas ordinárias	15	(9.179.434)	(8.213.689)
Receita ordinária líquida		295.761.359	278.762.208
Extraordinárias			
Serviços		40.084.791	32.965.066
Concursos		6.651.177	6.358.838
Financeiras		11.908.588	12.462.924
Diversas		6.924.648	6.273.960
	16	65.569.204	58.060.788
(-) Custo das receitas extraordinárias	17	(32.813.966)	(27.546.665)
Receita extraordinária líquida		32.755.238	30.514.123
Deduções das receitas			
Contribuições estatutárias		(88.953.159)	(82.936.600)
Provisão para perdas		(20.055.926)	(20.482.970)
		(109.009.085)	(103.419.570)
Receitas líquidas		219.507.512	205.856.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO II

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas			Reapresentado
Despesas ordinárias			
Com pessoal	18	(137.872.559)	(128.692.803)
Administrativas e gerais	19	(72.858.612)	(76.133.349)
Outras despesas		<u>(5.030.051)</u>	<u>(2.325.949)</u>
		(215.761.222)	(207.152.102)
(-) Apropriações ao Fundo Cultural		7.516.284	6.711.491
Apropriações para custos			
Jornal do advogado e exame da ordem		3.415.752	5.574.436
Copiadoras - locação de máquinas		2.172.700	2.263.946
Notas de débito - CAASP / OABPREV		2.590.081	2.045.313
Copiadoras - materiais		1.009.974	1.324.131
Cobrança de anuidades pessoas físicas e jurídicas		3.523.225	2.931.475
Taxas e emolumentos - confecção de carteiras		<u>1.004.045</u>	<u>1.081.659</u>
		13.715.777	15.220.960
Despesas extraordinárias			
Financeiras		(1.324.783)	(2.717.725)
Outras		<u>(4.723.253)</u>	<u>(736.225)</u>
		(6.048.036)	(3.453.950)
Superávit do exercício		<u>18.930.315</u>	<u>17.183.161</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO III

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit do exercício	18.930.315	17.183.161
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>18.930.315</u>	<u>17.183.161</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO IV

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	28.650.021	32.128.187	Reapresentado 74.861.546	Reapresentado 135.639.754
Realização da Reserva de Reavaliação		(429.886)	429.886	
Superávit do exercício (Nota 4)			17.183.161	17.183.161
Em 31 de dezembro de 2016	28.650.021	31.698.301	92.474.593	152.822.915
Realização da Reserva de Reavaliação		(792.927)	792.927	
Superávit do exercício			18.930.315	18.930.315
Em 31 de dezembro de 2017	28.650.021	30.905.374	112.197.835	171.753.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Anexo V

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	18.930.315	17.183.161
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	6.479.746	6.064.493
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	17.611.300	7.578.827
Provisão para riscos processuais	2.813.736	(62.026)
	45.835.097	30.764.455
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Cobrança	740.481	(1.169.636)
Anuidades a receber	(30.703.399)	(24.905.081)
Adiantamentos diversos	787.624	(4.002.056)
Outros ativos	1.604.084	(1.161.224)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar	1.388.132	689.795
Contribuição estatutária	10.658.772	7.830.487
Receita diferida	5.997.885	5.193.092
Provisão para contingências	(997.664)	(972.768)
Receitas Antecipadas	(2.056.484)	13.830.536
Provisão de folha	66.177	337.870
Obrigações fiscais	736.804	1.409.555
Outras obrigações	(378.481)	(109.299)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	33.679.029	27.735.724
Fluxo de caixa de investimentos		
Investimentos e Imobilizado	(9.496.412)	(11.034.182)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.496.412)	(11.034.182)
Fluxo de caixa de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	348.513	(2.138.389)
Retenções contratuais - Mútuo CAASP	369.864	1.661.011
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	718.377	(477.377)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	24.900.995	16.224.165
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	75.387.348	59.163.183
No fim do exercício	100.288.343	75.387.348
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	24.900.995	16.224.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Criada em 22 de janeiro de 1932, a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) é a maior do País, com um contingente que ultrapassa 350 mil advogados e 20 mil sociedades inscritos. Mantém mais de 100 comissões atuantes, entre permanentes e especiais, que desenvolvem importante trabalho de estudo e aperfeiçoamento da legislação, além de zelar pelo bom desempenho da profissão. Conta com mais de 900 postos de atendimento espalhados por todo o Estado, incluindo as 233 Subseções.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, e posteriores alterações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações da entidade incluem, portanto, estimativas das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em 22 de junho de 2018, foi autorizada pela Diretoria da OAB-SP a conclusão destas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados:

a) Ativos circulantes

Os ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda), ou valor da cota de fundo de investimento.

c) Provisão para perdas de curto e longo prazo

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

d) Não circulante

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais, que são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O ativo intangível é amortizado com base nas taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

e) Redução do valor recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substâncias, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a entidade não tem conhecimento de quaisquer eventos relevantes que pudessem afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em seus ativos.

f) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

As receitas antecipadas referem-se às anuidades relativas ao exercício de 2018, recebidas em 2017, as quais foram apropriadas ao resultado do exercício social subsequente.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

g) Receitas de assistência financeira

Correspondem aos valores recebidos por meio de assistência financeira do Conselho Federal para a aquisição da nova sede do Conselho Secional e novas sedes de Subseções, sendo assim reconhecida no resultado quando os critérios de exigência de reconhecimento da receita forem atendidos, no caso, concomitantemente a efetivação da depreciação dos imóveis.

h) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades lançadas e não recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

i) Provisão para férias e encargos sociais

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (engloba as férias vencidas e proporcionais) e inclui os encargos sociais incidentes.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

j) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são apropriadas segundo a sua natureza, com observância ao regime de competência.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB SP gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

l) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída com base nos laudos de avaliações dos imóveis preparados por empresas especializadas, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

n) Trabalho voluntário

No ditame da Interpretação ITG 2002 (R1) de 09/2015 – Entidades sem Finalidade de Lucro, a partir do exercício de 2013 passou-se a valorizar os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

Quando aplicável, as receitas e despesas com trabalhos voluntários, são reconhecidas no resultado do exercício.

Por força de seu Estatuto, o cargo de conselheiro ou de membro da diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerando serviço público relevante. Em razão desta obrigatoriedade e por sua dimensão (Nota 1), a Entidade não exerce mensuração deste vulto.

Ainda, que a Entidade possui estrutura administrativa profissional.

4. Reapresentação das cifras comparativas

4.1 Correção de erro

De acordo com o previsto no CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correções de Erros” foi ajustado o saldo de provisão do Contas a Pagar, correspondente a despesa com Assistência Médica do mês de dezembro/2016 (competência), não reconhecida contabilmente pela entidade.

A OAB SP zela pela transparência e efetiva aplicabilidade dos preceitos técnicos, bem como assim promove constantes aprimoramentos sistêmicos e de seus controles internos para garantir assertividade de registros de suas operações.

Desta forma, durante o exercício de 2017, foi contabilizado o seguinte valor:

Descrição	Valores
Despesa Assistência Médica – Dezembro/2016	1.620.587



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

As demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	179.238.863		179.238.863
Não circulante	121.969.104		121.969.104
	301.207.967		301.207.967
Passivo			
Circulante	109.336.840	1.620.587	110.957.427
Não circulante	37.427.625		37.427.625
	146.764.465	1.620.587	148.385.052
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	28.650.021		28.650.021
Ajuste de avaliação patrimonial	31.698.301		31.698.301
Superávits acumulado	75.291.432		75.291.432
Superávit do exercício	18.803.748	(1.620.587)	17.183.161
	154.443.502	(1.620.587)	152.822.915
	301.207.967		301.207.967

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Caixa	305.130	291.376
Bancos	5.203.375	4.124.766
Fundos de investimentos	6.085.937	5.073.800
Certificados de depósitos bancários	88.304.393	65.429.949
Poupança	389.508	467.457
	100.288.343	75.387.348



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remunerados as taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

6. Valores em cobrança

Descrição	2017			2016		
	Valores em cobrança	Provisão para perdas	Saldo líquido	Valores em cobrança	Provisão para perdas	Saldo líquido
Multa disciplinar	6.017.199	(6.017.199)		5.667.177	(5.667.177)	
Anuidades						
2004 a 2011	60.619.869	(60.619.869)		59.454.689	(58.425.461)	1.029.228
2012	18.176.148	(17.085.579)	1.090.569	18.229.049	(14.517.131)	3.711.918
2013	22.059.437	(17.647.549)	4.411.887	23.105.586	(15.553.370)	7.552.216
2014	26.370.941	(17.668.531)	8.702.411	29.084.768	(16.767.717)	12.317.051
2015	30.002.685	(17.401.557)	12.601.128	37.513.462	(16.666.462)	20.847.000
2016	42.285.351	(19.028.408)	23.256.943	68.276.566	(20.482.970)	47.793.596
2017	66.853.088	(20.055.926)	46.797.161			
Cartões de crédito	299.630		299.630	2.071.943		2.071.943
Jornal do advogado	66.268		66.268	60.853		60.853
Outros valores a receber	2.126.368	(710.852)	1.415.516	1.099.952	(710.852)	389.100
	274.876.983	(176.235.470)	98.641.513	244.564.044	(148.791.141)	95.772.903

Os esforços contínuos da administração na gestão de recuperação da inadimplência vêm se intensificando, ao passo que se observa o crescimento da expectativa quanto à importância esperada para arrecadação. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

A provisão para perdas foi constituída com base em análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas perdas para contas a receber vencidas há mais 5 anos, contados do período subsequente ao exercício findo, em observância ao conceito de anualidade.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

7. Imobilizado

Descrição	Taxas (%) anuais de depreciação	2017			2016
		Custo Corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		24.286.891		24.286.891	23.947.073
Edifícios		88.871.860	(14.161.684)	74.710.176	69.841.495
Instalações	10	4.824.378	(3.644.714)	1.179.664	1.017.234
Móveis e utensílios	10	26.569.127	(16.329.434)	10.239.693	9.636.043
Veículos	20	977.747	(638.497)	339.250	550.779
Equipamentos de computação	20	18.369.227	(14.976.933)	3.392.294	2.911.266
Imobilizado em curso		6.717.571		6.717.571	11.050.558
		170.616.801	(49.751.262)	120.865.539	118.954.448

No exercício de 2012 a OAB SP deu o imóvel, localizado na Rua Maria Paula nº 23, 29 e 35, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 258 e 264 – São Paulo – Capital, em garantia, por meio de hipoteca, pelo valor de R\$ 5.878.187 com vencimento em 15/07/2017. Essa garantia foi necessária para obtenção de financiamentos destinados às construções de 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Barueri, Cerqueira César, Conchas, Cotia, Embú, Ilha Solteira, Itanhaém, Mogi Mirim, Paraguaçu Paulista, Praia Grande, Presidente Venceslau, Ribeirão Preto, São Roque e Serra Negra. Ainda no exercício de 2012, a OAB SP deu início a construção desses imóveis e a definitiva conclusão se deu em 2015.

Tal financiamento fora devidamente horando na data de seu vencimento e sua respectiva carta de quitação, emitida pela Instituição Financeira, objeto do devido registro de baixa da hipoteca em 31/01/2018, junto ao competente Cartório de Registros de Imóveis.

Em continuidade a expansão de suas instalações, a OAB SP promoveu no curso de 2016, novas tratativas de financiamentos destinados às construções/ampliações de outros 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Aguaí, Guaratinguetá, Itápolis, Lençóis Paulista, Mairinque, Matão, Miracatu, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Tatuí, Teodoro Sampaio e Itapetininga, tendo como objeto de garantia, aprovado pelo Conselho Secional, também o imóvel da Rua Maria Paula, por meio nova de hipoteca, pelo valor de R\$ 4.742.960 com vencimento em 15/04/2022.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

Ainda no exercício de 2016, a OAB SP deu início a construção desses imóveis, sendo grande parte já concluída e outros com cronograma de finalização previsto para início de 2018.

O registro da nova hipoteca consta devidamente averbada junto ao 4º Cartório de Registro de Imóveis em 04/05/2017, nos termos do instrumento de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Instituição Financeira.

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:

2017					
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	23.947.073	655.818	(316.000)		24.286.891
Edifícios	81.282.852		(207.000)	7.796.009	88.871.860
Instalações	4.442.201	382.177			4.824.378
Móveis e utensílios	24.375.649	2.316.076	(122.598)		26.569.127
Veículos	1.057.647		(79.900)		977.747
Equipamentos de Computação	16.873.500	1.501.528	(5.800)		18.369.227
Imobilizado em curso	11.050.557	4.700.229	(1.237.206)	(7.796.009)	6.717.571
Custo	163.029.480	9.555.827	(1.968.505)	-	170.616.801
Edifícios	(11.441.357)	(2.774.233)	53.906		(14.161.684)
Instalações	(3.424.967)	(219.747)			(3.644.714)
Móveis e utensílios	(14.739.607)	(1.589.827)			(16.329.434)
Veículos	(506.868)	(207.534)	75.905		(638.497)
Equipamentos de Computação	(13.962.233)	(1.014.700)			(14.976.933)
Depreciação	(44.075.032)	(5.806.042)	129.811	-	(49.751.262)
Imobilizado líquido	118.954.448	3.749.784	(1.838.694)	-	120.865.539
2016					
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	23.947.073				23.947.073
Edifícios	71.406.697			9.876.155	81.282.852
Instalações	4.245.957			196.244	4.442.201
Móveis e utensílios	22.241.989	2.150.089	(16.430)		24.375.649
Veículos	997.101	409.346	(348.800)		1.057.647
Equipamentos de Computação	15.969.567	990.414	(86.481)		16.873.500
Imobilizado em curso	14.455.347	6.667.610		(10.072.399)	11.050.558
Custo	153.263.731	10.217.459	(451.711)	-	163.029.480
Edifícios	(8.631.282)	(2.810.075)			(11.441.357)
Instalações	(3.229.408)	(195.559)			(3.424.967)
Móveis e utensílios	(13.253.945)	(1.502.004)	16.342		(14.739.607)
Veículos	(564.269)	(212.745)	270.147		(506.868)
Equipamentos	(13.080.114)	(968.601)	86.481		(13.962.233)
Depreciação	(38.759.019)	(5.688.984)	372.970	-	(44.075.032)
Imobilizado líquido	114.504.712	4.528.475	(78.741)	-	118.954.448



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

Em 2016, decorrente da definitiva conclusão das obras nas subseções de Campinas, Araçatuba, Pederneiras, Penápolis, Presidente Venceslau, Poá, Itapira, Osasco e Batatais, foi transferido R\$ 9.876.155. Já em 2017, efetuaram-se as transferências na ordem de R\$ 7.796.009 relativas a obras finalizadas em diversas subseções do Estado, tais como as das cidades de Itápolis, Itapetininga, Americana, Matão, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Fé do Sul, Aguaí, Lençóis Paulista, São Sebastião da Gramma, Miracatu, São Pedro e Colônia de Férias.

8. Intangível

Descrição	Taxas (%) anuais de amortização			2017	2016
		Custo corrigido	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20	6.668.720	(4.244.969)	2.423.751	1.318.176
Marcas e patentes		695		695	695
		6.669.415	(4.244.969)	2.424.446	1.318.871

9. Contribuições estatutárias

9.1 Conselho Federal

Descrição	2017	2016
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2011		102.923
A receber com anuidades de 2012	109.057	371.192
A receber com anuidades de 2013	441.189	755.222
A receber com anuidades de 2014	870.241	1.231.705
A receber com anuidades de 2015	1.260.113	2.084.700
A receber com anuidades de 2016	2.325.694	4.779.360
A receber com anuidades de 2017	4.679.716	
Do exercício de 2016		71.748
	9.686.010	9.396.850



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

9.2 Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – CAASP

Descrição	2017	2016
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2011		205.846
A receber com anuidades de 2012	218.114	742.384
A receber com anuidades de 2013	882.377	1.510.443
A receber com anuidades de 2014	1.740.482	2.463.410
A receber com anuidades de 2015	2.520.226	4.169.400
A receber com anuidades de 2016	4.651.389	9.558.719
A receber com anuidades de 2017	9.359.432	
	19.372.020	18.650.202

9.3 Fundo cultural

Descrição	2017	2016
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2011		30.877
A receber com anuidades de 2012	32.717	111.358
A receber com anuidades de 2013	132.357	226.566
A receber com anuidades de 2014	261.072	369.512
A receber com anuidades de 2015	378.034	625.410
A receber com anuidades de 2016	697.708	1.433.808
A receber com anuidades de 2017	1.403.915	
	2.905.803	2.797.531

9.4 Fundo de integração e desenvolvimento assistencial dos advogados - FIDA

Descrição	2017	2016
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2011		20.585
A receber com anuidades de 2012	21.811	74.238
A receber com anuidades de 2013	88.238	151.044
A receber com anuidades de 2014	174.048	246.341
A receber com anuidades de 2015	252.023	416.940
A receber com anuidades de 2016	465.139	955.872
A receber com anuidades de 2017	935.943	
Do exercício de 2016		15.669
	1.937.202	1.880.689



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

10. Retenções contratuais

Descrição	2017	2016
CAASP mútuo 2002 e 2003	14.485.661	14.917.515
Atualização monetária	21.214.719	20.413.000
	35.700.380	35.330.515
Circulante	4.160.000	2.600.000
Não Circulante	31.540.380	32.730.515

A operação refere-se ao saldo da dívida junto à Caixa de Assistência dos Advogados, negociada mediante o Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de Dívida, de 23 de setembro de 2003, com primeiro aditamento em 3 de julho de 2008 e segundo aditivo em 25 de fevereiro de 2013, incorporando o saldo residual de 2003 e o montante de R\$ 1.683.058, oriundo de contribuições estatutárias não repassadas nos anos de 2002 e 2003, corrigidos monetariamente.

Não ocorreram pagamentos das parcelas vencidas em 2004 e 2005. No exercício de 2006 foram pagos R\$ 767.047, R\$ 1.690.057 em 2007, R\$ 1.569.369 em 2008, R\$ 1.564.871 em 2009, R\$ 1.567.487 em 2010, R\$ 2.073.761 em 2011, R\$ 1.560.000 em 2012, R\$ 2.158.401 em 2013, R\$ 2.167.220 em 2014, R\$ 1.465.484 em 2015, R\$ 520.000 em 2016 e R\$ 431.855 em 2017.

Os saldos são atualizados com base no índice de variação do IPC-FIPE.

A atual Diretoria estuda a extinção do referido Mútuo em conjunto com a Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. Até a conclusão das discussões e viabilidades, a Diretoria determinou a suspensão dos repasses a partir de Maio/2016.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

11. Receitas – assistência financeira

Compreende a receita oriunda de subvenção para a aquisição de bens depreciables, relativas às retenções de 30% dos valores dos repasses estatutários devidos ao Conselho Federal, que objetivam a constituição de um fundo destinado à formação de reserva financeira para a aquisição de uma nova sede para o Conselho Secional. Essa retenção foi autorizada por meio do ofício nº 050/2008-GSG/GDT/CFOAB de 30 de abril de 2008 do Conselho Federal.

Com a inauguração da nova sede da OAB SP, localizada na Rua Maria Paula, 35, em agosto de 2014, as assistências financeiras passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício pelos valores da depreciação do imóvel, de acordo com o pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

No resultado do exercício de 2017, foi reconhecida uma receita de R\$ 1.518.399 (R\$ 1.518.398 em 2016), decorrente da depreciação dos bens adquiridos para essa unidade.

O saldo a ser apropriado é composto da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Subvenção de 2008	3.605.264	3.605.264
Subvenção de 2009	3.588.688	3.588.688
Subvenção de 2010	4.686.296	4.686.296
Subvenção de 2011	4.845.091	4.845.091
Subvenção de 2012	5.249.714	5.249.714
Subvenção de 2013	5.800.198	5.800.198
Subvenção de 2014	6.354.551	6.354.551
Subvenção de 2015	5.956.937	5.956.937
Subvenção de 2016	6.711.491	6.711.491
Subvenção de 2017	7.516.284	
	54.314.514	46.798.230
Depreciação em 2014	(614.411)	(614.411)
Depreciação em 2015	(1.538.079)	(1.538.079)
Depreciação em 2016	(1.518.398)	(1.518.398)
Depreciação em 2017	(1.518.399)	
Saldo a apropriar	49.125.227	43.127.342



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

12. Provisão para riscos processuais

Descrição	2017	2016
Processos cíveis	3.805.428	1.001.692
Processos trabalhistas	790.728	790.728
Processos previdenciários	1.087.118	2.074.781
	5.683.274	3.867.201

A provisão é decorrente de ações judiciais, cíveis, trabalhistas e tributários e foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da OAB SP (risco provável) em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

A provisão para processos previdenciários refere-se principalmente ao diferencial de alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) aplicado a menor sobre a folha de pagamento para o período compreendido entre 2010 a 2013, não reconhecido contabilmente pela entidade.

Em 20 de agosto de 2014, a OAB SP protocolou na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o pedido de parcelamento do débito referente ao diferencial de alíquota do RAT, na modalidade Parcelamento de Débitos Previdenciários – RFB de que trata a Lei nº 12.996/2014.

O pedido deste débito foi homologado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 25/07/2016, com parcelas fixas de R\$70.127, atualizadas, mensalmente, pela Taxa Selic. Entretanto, o montante devido ainda é objeto de reanálise pelo referido Órgão, uma vez que constatamos divergências entre as apurações, resultando assim num Pedido de Revisão de Débitos por parte desta OAB SP.

Em 31 de dezembro de 2017, parte deste débito, cujo pedido foi de 60 parcelas mensais, está provisionado no passivo circulante, 12 parcelas totalizando a monta R\$ 1.172.994, ao passo que no passivo não circulante temos outras 11 parcelas que totaliza a monta R\$ 971.693.

Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 3.889.696 (R\$ 18.890.873 em 2016), em Processos cíveis para os quais nenhuma provisão foi constituída.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

13. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é composto pelo superávit acumulado, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido.

14. Receitas ordinárias

Descrição	2017	2016
Anuidades pessoas físicas	272.364.336	256.174.326
Contribuições de pessoas jurídicas		
Contribuições de sociedades do exercício	12.538.423	12.620.521
Contribuições de soc. de exercícios anteriores	353.081	386.814
	12.891.504	13.007.335
Taxas e emolumentos		
Carteiras brochuras de advogados	4.052.060	3.686.148
Cédula de identidade de advogados	1.855.300	1.637.173
Alteração de contrato social	2.231.828	1.816.800
Carteiras brochuras de estagiários	549.922	526.318
Cédula de identidade de estagiários	320.394	310.179
Averbação de contrato de advogados	527.685	536.402
Outras receitas	1.072.292	821.502
	10.609.481	9.334.522
Inscrições		
Inscrições de advogados	3.950.781	3.570.200
Inscrições de estagiários	583.451	552.986
Inscrições de sociedades	3.339.467	3.279.280
Inscrição suplementar de advogado	258.331	211.430
	8.132.030	7.613.896
Multas e atualizações monetárias de anuidades		
Multas de anuidades de advogados	789.768	762.303
Multas disciplinares	52.201	45.734
Multas de contribuições de sociedades	40.593	794
Atualização monetária de anuidade/contribuições	60.880	36.987
	943.442	845.818
	304.940.793	286.975.897



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

15. Custo das receitas ordinárias

Descrição	2017	2016
Custo cobrança anuidades PF	(6.022.652)	(5.347.909)
Custo cobrança contribuições PJ	(1.980.073)	(1.595.977)
Custo cobrança taxas e emolumentos	(1.176.709)	(1.269.803)
	(9.179.434)	(8.213.689)

16. Receitas extraordinárias

Descrição	2017	2016
Concursos		
Inscrições de exame de ordem	6.651.177	6.358.838
	6.651.177	6.358.838
Serviços		
Copiadoras	4.680.480	5.357.352
Recebimento assistência médica – subseções	27.683.597	20.322.262
Cursos de curta duração	4.674.501	5.128.714
Cursos longa duração	1.732.652	724.808
Outras receitas	1.313.561	1.431.930
	40.084.791	32.965.066
Diversas		
Patrocínios diversos	1.709.616	3.168.001
Anúncio no jornal do advogado	350.066	390.547
Baile dos advogados	689.457	447.545
Alugueis para eventos	308.925	326.660
Arrendamento	254.362	215.996
Receitas com impressões	622.132	563.010
Doações	727.512	49.043
Outras receitas	2.262.578	1.113.160
	6.924.648	6.273.960
Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras - CDB	9.625.921	10.656.505
Juros sobre anuidades do exercício	1.255.656	1.107.906
Juros sobre anuidades de exercícios anteriores	566.838	161.853
Rendimentos aplicações financeiras	326.449	423.105
Rendimentos fundos de investimentos	66.302	42.956
Outros	67.422	70.599
	11.908.588	12.462.924
	65.569.204	58.060.788



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

17. Custo das receitas extraordinárias

Descrição	2017	2016
Custo copiadoras	(3.181.595)	(3.588.077)
Custo assistência médica – subseções	(25.941.994)	(19.110.792)
Custo jornal do advogado	(1.972.726)	(3.641.504)
Custo Exame de Ordem	(869.605)	(761.968)
Custo baile dos advogados	(847.206)	(444.324)
Outros	(840)	-
	(32.813.966)	(27.546.665)

18. Despesas com pessoal

Descrição	2017	2016
Despesas com pessoal		Reapresentado
Ordenados	48.102.015	45.498.796
Vale refeição	25.412.941	24.451.286
Assistência médica	18.937.984	15.289.391
Prêmios e gratificações	3.080.503	3.082.120
Vale transporte	2.785.163	2.697.535
Serviços temporários	190.921	241.230
Horas extras	1.448.097	1.542.375
Remuneração de estagiários	960.586	985.403
Aprendizes	471.876	561.756
Auxílio creche	490.053	456.927
Outras despesas	1.116.312	1.078.989
	102.996.451	95.885.808
Encargos sociais		
INSS funcionários	15.002.496	14.076.318
Férias	6.837.582	6.546.881
FGTS	6.075.022	5.672.999
13º salário	4.837.966	4.623.322
Outras despesas	2.123.042	1.887.475
	34.876.108	32.806.995
	137.872.559	128.692.803



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

19. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2017	2016
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	21.097.816	22.155.902
Comunicação	7.734.349	9.602.754
Utilidades	6.437.341	7.560.061
Ocupações	12.303.346	11.646.508
Despesas com materiais	5.622.193	6.050.420
Serviços de terceiros - pessoa física	5.457.261	4.956.515
Depreciação	6.479.746	6.064.493
Despesas com viagens e locomoções	3.876.212	4.815.822
Despesas com alimentação	3.368.417	2.819.937
Outras despesas	481.931	460.937
	72.858.612	76.133.349

20. Superávit do exercício

As despesas líquidas do exercício de 2017 tiveram um acréscimo de R\$ 11.903.597 (6,31%) superior ao exercício de 2016, ao passo que as receitas líquidas do exercício de 2017, tiveram um acréscimo de R\$ 13.650.751 (6,63%) superior ao exercício de 2016. Contudo, tais cenários demonstram equalização das contas no período.

21. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por valores que se aproximam aos de mercado nessa data. A política de controle consiste na vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Em reais

22. Cobertura de seguros

É política da administração manter cobertura de seguro para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com base em informações de consultores especializados.

Marcos da Costa
Presidente

Fábio Romeu Canton Filho
Vice-Presidente

Caio Augusto Silva dos Santos
Secretário – Geral

Gisele Fleury Charmillot Germano de Lemos
Secretário – Geral Adjunto

Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho
Tesoureiro

Luiz Carlos Camargo Duarte
Contador CRC 01SP 127974 0-9